

REQUERIMENTO DE RECONHECIMENTO DE NÃO INCIDÊNCIA DE ITBI**DADOS DA REQUERENTE**

Razão Social

CNPJ

Inscrição do ISS

Nome do Representante Legal

CPF

Endereço para correspondência

CEP

Email (**preenchimento obrigatório e em letra de forma**)

Telefone(s) de contato

REQUERIMENTO

A requerente acima identificada, por intermédio de seu representante legal abaixo assinado, vem requerer o reconhecimento da não incidência do ITBI (Imunidade Tributária), referente a transmissão dos imóveis especificados na(s) DTI(s) anexa(s), com amparo nas normas constitucionais e legais, em razão da seguinte operação:

☐ Integralização de Capital☐ Fusão☐ Desincorporação☐ Cisão☐ Incorporação☐ Extinção de pessoa jurídica

Declaro, nesta oportunidade, estar ciente de que o reconhecimento da imunidade requerida dependerá do preenchimento dos requisitos legais, bem como da apresentação da documentação necessária, e que a ausência de qualquer um dos referidos documentos poderá inviabilizar a análise do pedido.

Fortaleza, ____ de _____ de _____

Assinatura do representante legal (Igual ao documento de identificação)**EM CASO DE DEFERIMENTO OU DEFERIMENTO PARCIAL, A EMPRESA REQUERENTE ESTARÁ SUJEITA A VERIFICAÇÃO POSTERIOR DOS SEUS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS PARA APURAÇÃO DE SUA ATIVIDADE PREPODERANTE.**

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

- ☐ **Requerimento de Não Incidência do ITBI** assinado pelo Representante Legal da Pessoa Jurídica (Requerente), conforme documento de identificação apresentado, com firma reconhecida ou assinado de forma digital.
- ☐ **Formulário de Declaração de ITBI** devidamente preenchido, sem borrões, sem rasuras, sem erros ou entrelinhas e assinado pelo Representante Legal da Pessoa Jurídica (Requerente), conforme documento de identificação apresentado, com firma reconhecida ou assinado de forma digital.
- ☐ **Matrícula Imobiliária** ou **Certidão de Registro Imobiliário**.
- ☐ Comprovante de inscrição no **CNPJ**.
- ☐ **Ato constitutivo** (Contrato Social com aditivos ou Aditivo consolidado, Estatuto social com ata da eleição da diretoria atual).
- ☐ **Documento oficial de identificação com foto** do representante legal (RG, habilitação, passaporte, identidade profissional, etc).
- ☐ Comprovante de inscrição no **CPF** do representante legal (RG, habilitação, passaporte, identidade profissional, etc).
- ☐ **Comprovante de endereço atualizado** do representante legal.
- ☐ **Comprovante de inscrição no CPBS** do município de Fortaleza (Cartão do ISS) (Art. 142 da LC 159/2013 CTM).
- ☐ **Ato societário ou instrumento jurídico que formaliza a operação imobiliária, observando o estágio atual do procedimento:**
 - ☐ Se a operação já foi formalizada:
Apresentar o **ato societário** (Contrato Social com aditivos ou Aditivo consolidado, Estatuto Social, Ata de Assembleia Geral Extraordinária ou Protocolo de Cisão) devidamente **registrado e chancelado perante a Junta Comercial**;
 - ☐ Se a operação ainda não foi formalizada:
Apresentar a **Minuta do ato societário planejado**, contendo a descrição pormenorizada e a identificação de todos os imóveis envolvidos, assinada por todos os sócios ou acionistas subscritores.

Observação: As demonstrações contábeis necessárias para a análise da atividade preponderante da empresa serão solicitadas pela Administração Tributária em momento oportuno.

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

1. Poderá a autoridade instrutora do processo fazer as exigências que reputar cabíveis na complementação dos documentos necessários, determinar diligência e informação fiscal a respeito, solicitar parecer e, enfim, examinar a matéria de modo que possa sugerir ou prolatar uma decisão justa. Art. 344, §3º da CLTMF (Dec. 10.827/00).
2. A documentação a ser enviada deverá ser em formato digital, legível, digitalizada ou fotografada dos documentos originais, permitindo a correta visualização de todo o documento.
3. Caso a solicitação seja feita por terceiros, deverá acrescentar na documentação a PROCURAÇÃO, outorgando poderes para quem assinar o requerimento, podendo ser particular ou pública (reconhecida firma), juntamente com o documento oficial de identificação com foto (RG, Passaporte, CNH, etc), comprovante de inscrição no CPF e comprovante de endereço atualizado do procurador.
4. Em caso de assinatura digital, é obrigatório o envio do comprovante de validação da assinatura.
5. Caso não possua comprovante de endereço deverá incluir declaração de endereço preenchida a próprio punho.